



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

ATA

1 **ATA DA QUARTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO**  
2 **UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, REALIZADA NO**  
3 **DIA DEZOITO DE AGOSTO DE DOIS MIL E OITO.** No décimo oitavo dia do mês de  
4 agosto do ano de dois mil e oito, às dez horas e quinze minutos, na Sala de Reuniões dos  
5 Órgãos Deliberativos da Administração Superior, localizada no 3.º andar do Prédio da  
6 Reitoria, Cidade Universitária Prof<sup>o</sup> José da Silveira Netto, na cidade de Belém, capital do  
7 Estado do Pará, reuniu-se, sob à presidência do Magnífico Reitor, Prof. Dr. Alex Bolonha  
8 Fiúza de Mello, o Conselho Universitário, com a presença dos seguintes membros: Regina  
9 Fátima Feio Barroso, Vice-Reitora; Simone Andréa Lima do Nascimento Baía, Pró-Reitora de  
10 Administração; Licurgo Peixoto de Brito, Pró-Reitor de Ensino de Graduação; Sinfrônio Brito  
11 Moraes, Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional; Josenilda Maria Maués  
12 da Silva, Diretora do Instituto de Ciências da Educação; Maria de Nazaré Sarges, Diretora do  
13 Instituto de Filosofia e Ciências Humanas; Luiz Roberto Vieira de Jesus, Diretor do Instituto  
14 de Letras e Comunicação; Maurício Sena Filho, Vice-Diretor do Instituto de Ciências Sociais  
15 Aplicadas; José Perilo da Rosa Neto, Vice-Diretor do Instituto de Tecnologia; Lia Braga  
16 Vieira, representante docente do Instituto de Ciências da Arte; Francisco Rodrigues de  
17 Freitas, representante docente do Instituto de Ciências Jurídicas; Armin Mathis, representante  
18 docente do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos; Maria das Graças Pires Sablayrolles,  
19 representante docente do Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural; Tadeu  
20 Oliver Gonçalves, representante docente do Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento da  
21 Educação Matemática e Científica; Francisca Maria Carvalho, Coordenadora do *Campus* de  
22 Abaetetuba; Georges Alberto Pinheiro, representante docente do *Campus* de Abaetetuba;  
23 Rosa Helena Sousa de Oliveira, Coordenadora do *Campus* de Bragança; Adriano Sales dos  
24 Santos Silva, Coordenador do *Campus* de Castanhal; Leônidas Olegário de Carvalho,  
25 representante docente do *Campus* de Castanhal; Lorena Santiago Fabeni, representante  
26 docente do *Campus* de Marabá; Maria Marlene Escher Furtado, Coordenadora do *Campus* de  
27 Santarém; Ricardo Bezerra e Ronaldo Mendes, representantes docentes do *Campus* de  
28 Santarém; José Rinaldo Lobato, representante docente do *Campus* de Soure; Cleide Raiol  
29 Nascimento, Darciel Bezerra de Oliveira Filho, Gabriel Antônio Ribeiro de Oliveira, Gilmar  
30 Wanzeler Siqueira, José Batista de Oliveira Santana, José Guilherme Barbosa Dergan,  
31 Margaret Moura Refkalefsky e Raquel Trindade Borges, representantes dos Servidores  
32 Técnico-Administrativos; Anderson Roberto Melo de Castro, representante dos discentes;  
33 Lillian Simone Amorim Brito e Vera Lúcia Jacob Chaves, representantes da Associação dos  
34 Docentes da Universidade Federal do Pará; Adilson Oliveira dos Santos, Alex Bruno Vieira,  
35 Maisa Navarro, Maria de Fátima Souza e Milena Modesto, como convidados. **1.**  
36 **ABERTURA:** O Sr. Presidente saudou a todos os presentes e iniciou a sessão. **2. ORDEM**  
37 **DO DIA: 2.1 - Escolha de Novos Membros da Câmara de Legislação e Normas.**  
38 **Interessado: Gabinete da Reitoria. Relator: José Afonso Medeiros Souza. 2.2 – Processo**  
39 **em fase de apresentação: Código de Posturas da UFPA.** O Sr. Presidente informou que o  
40 primeiro item da reunião está em fase de apresentação e trata sobre o Código de Posturas da  
41 UFPA e o segundo item em pauta trata da escolha dos novos membros da Câmara de  
42 Legislação e Normas. Anunciou que todos os Conselheiros receberam o Parecer referente ao  
43 Código de Posturas. O Sr. Presidente franqueou a palavra ao Conselheiro Afonso Medeiros

44 que começou saudando a todos e agradeceu aos membros da Câmara de Legislação e Normas  
45 pela dedicação e competência que desempenharam suas atividades na referida Câmara, e, em  
46 seguida, leu o Parecer de forma resumida. Em seguida, o Conselheiro Luiz Otávio Pereira  
47 pediu a palavra e referiu-se ao Código de Posturas como um dos documentos efetivamente  
48 necessários para que se consiga ordenar os espaços urbanos e outras atividades culturais, pois  
49 é notório que na Cidade Universitária existe uma desordem urbana estabelecida, desrespeito,  
50 agressões ambientais e urbanísticas que prejudicam as atividades acadêmicas. Neste momento,  
51 o Conselheiro Luiz Otávio Pereira citou a questão do lixo que é produzido na Universidade e  
52 evidenciou que após o Código de Posturas existirão vários Regulamentos, nos quais detalhou  
53 alguns Artigos propostos, “isso nos dá a garantia da sustentabilidade urbana, a garantia da  
54 preservação ambiental para o salto de qualidade que se pretende dar na questão da gestão de  
55 espaços urbanos, seja na capital, seja na Cidade Universitária e outros espaços urbanos, dentro  
56 da própria capital e nos *Campi*. Tornam-se necessárias ações sustentáveis, e não é sustentável  
57 que se produza dentro de laboratórios lixo, não é sustentável que tenhamos ações de  
58 prestadores de serviços a seu bel prazer, portanto é de extrema importância que se tenha um  
59 suporte legal para medidas preventivas, medidas coesivas ou preventivas e é isso que este  
60 documento propõe. Acreditamos que até o final do ano, esse documento básico esteja pronto e  
61 o mesmo seja articulado com o Código de Posturas, possibilitando o uso racional e sustentável  
62 dos nossos espaços urbanos. Que este seja um documento possível de se fazer cumprir, mas a  
63 implementação deste documento leva tempo e acima de tudo é preciso que haja todo um  
64 processo de esclarecimento de educação sanitária, ambiental, urbanística e assim por diante e  
65 que haja um instrumento dentro da estrutura universitária, um Conselho ou um Comitê que  
66 seja de implementação para o monitoramento do plano. Esse código não dever ser e nem pode  
67 ser letra morta, deve ser um documento que a comunidade universitária conheça, respeite e  
68 que em função disso cada membro dessa comunidade possa exercer a sua cidadania no  
69 sentido de preservar esse magnífico espaço que nós temos”. O Conselheiro Fabrício Gomes se  
70 manifestou enquanto representação estudantil, dizendo que não se negam a resguardar o meio  
71 ambiente, a integridade moral e física de qualquer membro da comunidade universitária, mas  
72 entende que ao se legislar deve-se entender os costumes e a realidade local. Citou, ainda, o  
73 som utilizado nas campanhas para o DCE ou para o Sindicato e conclui que não vai ser  
74 normatizando que se vai proibir, o que se pode é normatizar um limite da intensidade do som.  
75 Depois, citou o exemplo do lixo, que é coletado separadamente, porém há falha na orientação  
76 ao servidor na hora de selecionar e despachar, pois o mesmo é coletado e juntado novamente.  
77 Disse ainda: “É importante que nós nos preocupemos com questões viáveis, como o limite de  
78 velocidade, onde os carros andam com alta velocidade, e é isso que tem que ser discutido.  
79 Estamos à disposição para contribuir com debates, não defendemos uma cidade fora da lei,  
80 mas é preciso que nós sintamos muito bem aquilo que vivemos na Universidade”. Em seguida,  
81 a Conselheira Vera Jacob apresentou aos membros do Conselho a Professora Lílian Brito,  
82 diretora da ADUFPA, que passou a representar a ADUFPA no CONSAD. Logo após, a  
83 Conselheira Vera Jacob levantou algumas questões que julgou serem problemáticas, como o  
84 Art. 39, que trata sobre a disposição de carros publicitários e faixas, os quais requerem prévia  
85 autorização da Prefeitura. Informou ser uma prática comum de convocação para as  
86 Assembléias da ADUFPA, que é fixar e tirar as faixas de acordo com os serviços contratados,  
87 mas a cada vez que se faz divulgação é necessário pedir autorização à Prefeitura, para que esta  
88 analise a solicitação. Segundo a Conselheira Vera Jacob, vai ocorrer problema para a mesma,  
89 pois são realizados muitos eventos com a necessidade de fixação de faixas nas unidades de  
90 ensino e portões, sendo necessário, por parte da Prefeitura, agilidade para um retorno imediato.  
91 Prosseguindo, falou que a questão do carro som precisa de autorização, questionou qual seria  
92 o critério que a Prefeitura iria utilizar para autorizar. Outra questão seriam os trajés,  
93 questionou sobre o que seria considerado traje apropriado e quem iria tomar essa decisão.  
94 Falou ainda, que alguns problemas precisam ser pensados com cautela, sendo necessária a  
95 realização de uma análise mais detalhada, o que não poderia ser votado na presente reunião,

96 pois o Código de Postura ficou muito extenso, sendo necessário um tempo maior para  
97 apreciações. O Conselheiro Antônio José de Mattos pediu a palavra e ressaltou que o Código  
98 de Postura tem que ser detalhista, por ser de postura e pela essência o documento precisa se  
99 defrontar com essa realidade. Sugeriu que fosse suprimida a expressão “pública” no trecho  
100 que diz espaço da Universidade, porque a Universidade Federal é pública e tudo ao seu redor  
101 é público pela própria natureza, que não irá desnaturar a intenção do legislador e no Art. 93,  
102 Inciso V, trecho final fala em “limitar a liberdade individual”, sendo importante suprimir a  
103 palavra “individual”, ficando simplesmente liberdade de expressão, envolvendo a individual e  
104 a coletiva. A Conselheira Cleide Raiol se manifestou dizendo ser necessária a adequação dos  
105 nomes de Centro para Instituto e de Núcleo Pedagógico para Escola de Aplicação. Em  
106 seguida, questionou o Art. 12, perguntando se estariam incluídas as cantinas e a exploração  
107 das mesmas, se poderiam ser alugadas ou não. O Conselheiro Luiz Otávio Pereira se  
108 manifestou a respeito do lixo, mencionou um projeto que terá cuidado especial e que existe  
109 um Regimento sendo feito por um especialista. Manifestou-se a respeito do som, dizendo que  
110 ele é controlado por decibéis. Passou então, a palavra para a Conselheira Simone Baía que se  
111 manifestou quanto aos espaços comerciais, informando a existência de ações sendo  
112 promovidas pela PROAD, juntamente com a Prefeitura. Com relação às cantinas, a PROAD  
113 juntamente com a PCU está tratando da classificação pelo porte de cada cantina, citou como  
114 exemplo a cantina da Escola de Aplicação que é de médio porte, portanto será objeto de  
115 licitação após a reforma. Informou, ainda, que há uma empresa trabalhando nessa adequação  
116 para ser objeto de licitação. Poderão concorrer todos aqueles que atendam aos requisitos do  
117 edital, não é de liberação do Diretor da unidade, exclusivamente. Dependendo do tamanho de  
118 cada uma das cantinas tem-se no Código de Postura três instrumentos: a permissão, a  
119 autorização e a concessão de uso. Estão, dependendo da classificação de cada cantina as  
120 unidades que elaboram e ofertam a alimentação pronta e outros lanches rápidos, ou seja, terão  
121 três tipos de cantinas. A autorização e a permissão obedecem à critérios, a Prefeitura  
122 consolida o instrumento de autorização, mas a concessão tem que ser objeto de licitação. A  
123 Conselheira Cleide Raiol seguiu questionando sobre a fiscalização da higiene nas cantinas,  
124 afirmou que nunca viu uma fiscalização em nível sanitário nas cantinas da Escola de  
125 Aplicação, e questionou se a partir de agora com esse código se tem a possibilidade de acesso  
126 a esse tipo de ação e não só lá, mas em outras cantinas. A Conselheira Vera Jacob ressaltou  
127 que no Art. 12, compete à Prefeitura a permissão ou autorização dessas atividades com a  
128 finalidade comercial. A Conselheira Simone Baía entende que isso é a consolidação do  
129 instrumento e o que tem que ser observado é o procedimento. Em seguida, o Conselheiro Luiz  
130 Otávio Pereira mencionou que a situação dos ambulantes é muito séria, e que já está sendo  
131 feito um treinamento em função da ampliação do Restaurante Universitário, pois se quer  
132 regularizar e normatizar essa situação. O Sr. Presidente questionou se uma proposta de texto  
133 resolveria, ou se existia alguma contribuição, para os itens que preocupam, tanto da  
134 representação estudantil como da ADUFPA e que não se omitisse a importância desses itens,  
135 mas que eles fossem remetidos para uma fase de negociação. Mencionou que, às vezes, os  
136 detalhes preocupantes não podem impedir a aprovação de um texto como um todo, sendo  
137 importante dentro de uma lacuna existente na Instituição. Informou existirem medidas de  
138 urgência para serem tomadas, que estão aguardando apenas o Código de Postura, e qualquer  
139 conflito existente a justiça vai querer tomar conhecimento sobre as normas internas da  
140 Universidade, e isso ainda não existe, conseqüentemente cria-se um problema de gestão. O Sr.  
141 Presidente perguntou se não seria possível uma contribuição a esses itens. O Conselheiro  
142 Fabrício Gomes se manifestou dizendo ser possível, pois seria necessário debater não só a  
143 questão das cantinas, mais também da xerox que é problema antigo no movimento ligado à  
144 arrecadação de recursos. O Conselheiro Adriano Sales destacou que no planejamento  
145 deveriam ter servidores que se ocupassem da manutenção, talvez uma espécie de  
146 subprefeitura que chamamos de coordenadoria. Essa condição, segundo ele, ocupa muito a  
147 ação dos dirigentes no interior, portanto, seria bom realizar um estudo, o que seria a melhor

148 maneira de descentralizar as ações. O Conselheiro Luiz Otávio Pereira seguiu mencionando  
149 que a Administração Superior tem a proposta de colocação de espaços para *outdoor* pré-  
150 determinados, como também vários painéis eletrônicos, onde serão abertos à comunidade  
151 acadêmica para as suas notícias. Com relação à questão da delegação se manifestou favorável,  
152 e quanto ao corpo técnico da Prefeitura de avaliar e de analisar considerou viável, e com  
153 relação ao Código de Postura o que se quer é uma estrutura criada referente ao mesmo, onde  
154 participe a comunidade universitária em geral. O Sr. Presidente questionou aos Conselheiros  
155 se todos estavam de acordo e que na próxima reunião de setembro do CONSUN a matéria  
156 fosse colocada para deliberação e para os itens preocupantes alguém pudesse trazer uma  
157 redação alternativa e somente seriam julgados, para se chegar a um consenso. A Conselheira  
158 Cleide Raiol, fez referência ao Art. 125 que trata dos modelos de equipamentos e mobiliários  
159 do *Campus*, os quais serão padronizados pela Prefeitura questionando do que se tratava. O  
160 Conselheiro Luiz Otávio Pereira esclareceu que seriam modelos padronizados de  
161 equipamentos e mobiliários urbanos. O Sr. Presidente mencionou a inclusão de “urbanos” em  
162 “mobiliários” e aprovou as modificações no Parecer feitas pelo Conselheiro Afonso Medeiros.  
163 O Sr. Presidente informou a aprovação da norma final, em forma de um Artigo inserido nas  
164 disposições transitórias, que resolveria o problema dos *Campi* no interior, ficando da seguinte  
165 forma: “a Prefeitura pode delegar aos *Campi* a fiscalização e o monitoramento das atribuições  
166 que são peculiares à Prefeitura neste código, mantendo-se a sua supervisão”. Além disso,  
167 ressaltou que a importância do Conselho é essa e as várias perspectivas ajudam a aperfeiçoar  
168 um documento e se espera isso de uma colegialidade dessa natureza. O Sr. Presidente  
169 concordou com a sugestão de que a aprovação seja na preliminar e sugeriu que fossem  
170 apresentadas contribuições para a próxima reunião de setembro. Em seguida, colocou em  
171 pauta a eleição da nova Câmara de Legislação e Normas ressaltando que nessa fase dos  
172 trabalhos a mesma irá supervisionar o Regimento das Faculdades. Além disso, irá  
173 supervisionar o processo sucessório da Reitoria, sendo a Câmara formada por três professores,  
174 três técnico-administrativos e dois estudantes. O Sr. Presidente franqueou a palavra aos  
175 demais Conselheiros para o início da eleição dos membros da Câmara de Legislação e  
176 Normas. Os membros escolhidos pelos Conselheiros para a categoria de T.A, foram os  
177 técnicos José Guilherme Barbosa Dergan, Margaret Moura Refkalefsky e João Batista  
178 Santana. Para a categoria dos docentes foi submetida à votação, que por ordem das mais  
179 votadas ficou a Profa. Marlene Rodrigues Medeiros Freitas. Caso não aceitasse, a Profa.  
180 Maria Elvira de Sá. Caso não aceitasse, a Profa. Ana Maria Martins e caso esta não aceitasse a  
181 Profa. Eliete Cunha Araújo, ficando confirmado a Profa. Lorena Santiago Fabeni e o Prof.  
182 Antônio José Mattos Neto. Na categoria de estudantes ficaram os Conselheiros Fabrício  
183 Oliveira Gomes e Max André Corrêa Costa. **3. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a  
184 tratar, o Sr. Presidente do Conselho agradeceu o comparecimento dos Senhores Conselheiros  
185 e às onze horas e trinta e cinco minutos, deu por encerrada a Sessão, da qual, para constar, foi  
186 lavrada a presente Ata, que após aprovada, vai assinada pelo Presidente do Conselho, por  
187 mim, Soraya Maria Bitar de Lima Souza, Secretária-Geral dos Órgãos Deliberativos da  
188 Administração Superior, e demais presentes.

